

*Descompartimentar a noção de cuidado?****

Disaggregating the notion of care?

Em junho de 2010, a ética do cuidado (*care*) surgiu bruscamente na cena político-midiática francesa, com a menção feita por Martine Aubry¹ a uma sociedade do cuidado, que poderia renovar tanto o debate no Partido Socialista francês (PS) quanto o debate público de maneira mais ampla. A dúvida ironia de certos jornalistas, que se referiram jocosamente à sua declaração, e as posições de personalidades políticas, da direita ou da esquerda, ocuparam a mídia por algum tempo². Foi talvez esse tom claramente hostil que levou a secretária do PS a não tocar mais no assunto em suas declarações públicas. Seja como for, o contexto francês tem se mostrado pouco propício ao desenvolvimento de um debate público sobre essa questão. De fato, parece difícil refletir sobre as implicações do cuidado para a análise

* É professora da Unité Transversale de Recherches en Psychogénèse et Psychopathologie (UTRPP) de l'Université Paris 13 (Paris, França).

** É professora do Département de Science Politique de l'Université Paris 8 (Saint-Denis, França).

*** Artigo submetido à RBCP originalmente em francês, intitulado *Désenclaver le care?*, traduzido por Patricia C. R. Reuillard (professora do Departamento de Línguas Modernas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). Revisão técnica e tradução do resumo feita por Helena Hirata, diretora de pesquisa emérita no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), da França.

¹ Martine Aubry, várias vezes ministra e deputada, era na época a dirigente do PS; hoje é Prefeita da cidade de Lille.

² Para saber mais, acessar: <http://www.lemonde.fr/politique/article/2010/05/14/la-societe-du-care-de-martine-aubry-fait-debat_1351784_823448.html>; e o texto que escrevemos com Sandra Laugier em: <<http://www.mediapart.fr/club/blog/sandra-laugier/210410/politique-du-care-contre-societe-du-soin>>.

do mundo social e político, posto que as formulações de sua problemática são a tal ponto transformadas que o reduzem a uma questão sentimental, condenando as respostas a eternas justificativas a favor ou contra. Será que o *care* não poderia ser debatido na França em outros termos?

A ética e a política do cuidado são, no entanto, discutidas em outras instâncias: em certos campos profissionais – no da saúde, da dependência e, em menor medida, do trabalho social – e no mundo acadêmico, cuja recepção difere conforme as disciplinas e a relação que essas “disciplinas” mantêm com a ética e com o feminismo. Quase sempre identificada a partir da discussão sobre a teoria da justiça, a ética do cuidado é percebida como uma questão legítima para os filósofos, adequada para a psicologia, e embaraçosa para as ciências sociais, que, na melhor das hipóteses, deixam-na de lado.

Divisão do trabalho de cuidado, divisão do trabalho acadêmico

Nessas áreas, é o estudo do mercado e da divisão do trabalho, objetos sociológicos por excelência, que permite desenvolver estudos e análises sobre o cuidado, a partir de investigações sobre as profissões a ele dedicadas, as migrações transnacionais de mulheres para o trabalho doméstico e de cuidado em domicílio, a organização do trabalho institucional ou em casa, em função dos tipos de dependência (idosos, deficientes, enfermos), tais como delimitadas pelas políticas sociais, a economia do cuidado, o desenvolvimento do setor e a “profissionalização” dos “serviços à pessoa”, conforme o termo consagrado pela Lei Borloo, de 2005³, e pela Agência Nacional dos Serviços à Pessoa, na França. Mais raros são os trabalhos que incluem explicitamente, em sua problemática, as questões normativas e políticas levantadas pela ética do cuidado, quer se refiram à justiça, à cidadania, às relações de poder, à vulnerabilidade ou às responsabilidades⁴. Por exemplo, a ética das trabalhadoras e dos trabalhadores do cuidado, em particular no caso dos mais subalternos, não aparece, por assim dizer, nos resultados das investigações sociológicas francesas, sendo citada, no máximo, entre os “valores” profissionais.

A divisão do trabalho acadêmico tende, portanto, a separar de maneira

³ N.T.: Refere-se à lei apresentada por Jean-Louis Borloo, relativa ao desenvolvimento dos serviços a particulares, incluindo medidas em favor da coesão social.

⁴ Em oposição a essa tendência de separar o trabalho tanto do campo da ética quanto do político, o livro de Caroline Ibois (*Qui gardera nos enfants?* Paris: Flammarion, 2012) faz a política e a ética globalizadas entrarem nos lares parisienses a partir de uma pesquisa etnográfica sobre o trabalho das babás da Costa do Marfim, entrevistadas em um parque, e suas relações com os empregadores.

dicotômica trabalho e ética do cuidado, embora ela seja indissociável das práticas, que, por sua vez, não podem ser compreendidas sem a explicitação da atenção que preside ao gesto ou à decisão. Essa mesma divisão do trabalho acadêmico, que separa abordagens descritivas e normativas, sujeito e objeto do conhecimento, fragmenta a análise do cuidado em uma profusão de cenas e especialidades, mascarando a organização mais ampla do processo social do cuidado e a dimensão política de sua ética. A fragmentação do cuidado em linhas de força sociais é reforçada pela fragmentação dos conhecimentos, que desse modo a duplica. Considerando a posição de *expertise* da sociologia e da economia no campo social, essa dissociação ética/trabalho tem consequências bem concretas sobre a organização do processo de cuidado: a ética continua sendo considerada um saber intelectual, desconectado das práticas habituais, supostamente imposto pela hierarquia em formações destinadas às trabalhadoras e aos trabalhadores do cuidado ou, no pior dos casos, por uma gestão baseada na desconfiança em relação a eles e na disciplinarização das “práticas corretas”.

Constatar as barreiras disciplinares e sociais existentes em torno do conceito de cuidado leva ao questionamento não só das razões das reticências que ele suscita, mas também dos tipos de dificuldade que comporta e que tornam (ainda mais) caóticas as discussões com os críticos e com os partidários de abordagens estritamente disciplinares a seu respeito.

As classes intelectuais e privilegiadas resistem a conceber ou imaginar uma ética do cuidado que emane de subalternos menos instruídos, tanto mais porque usufruem desse trabalho e do atendimento e atenção dispensados, e não sofrem seus inconvenientes concretos. Essa forma coletiva de escape foi teorizada por Joan Tronto como a “indiferença dos privilegiados”. Entretanto, as reticências ou as resistências levam ao confronto, também, com a provocação constituída pelo feminismo no espaço público na França, país onde se considera que “as mulheres conquistaram tudo” e onde manifestamente não é de bom tom lembrar que elas continuam encarregadas, em diferentes graus de responsabilidade, do essencial das preocupações e das tarefas ligadas ao cuidado. Mas essas reticências revelam igualmente a rejeição quase automática à referência a uma ética que critique a posição universalista, sobretudo em matéria de justiça; rejeição constitutiva de uma concepção da igualdade firmemente ancorada na França, em especial no mundo acadêmico (Paperman e Laugier, 2011; Paperman e Molinier, 2011),

e que quase tem valor de dogma no feminismo republicano ou dominante. Este último ponto é importante porque permite compreender melhor por que a perspectiva do cuidado, embora central na vida da maioria das mulheres, não tem apenas aliadas entre elas e continua a despertar desconfiança no feminismo acadêmico. Tal feminismo admite que o trabalho do cuidado revele desigualdades sociais e relações de exploração e dominação nas quais se inscrevem as profissões do cuidado, mas a dimensão da ética inerente ao trabalho e ao conceito político de cuidado não pode ser integrada.

As diferentes escalas do cuidado

Nas abordagens sociológicas das profissões e das migrações transnacionais de cuidado, a rejeição à sua perspectiva ética e política se mostra ligada mais especificamente a uma delimitação do social às dimensões estruturais e macrológicas, autossuficientes. A ética viria atrapalhar a autonomia do social, que paga assim um alto preço.

Todavia, essa tendência obstinada a dissociar o trabalho da ética do cuidado poderia muito bem estar ligada a uma dificuldade real quanto ao conceito de cuidado, mais nítida na abordagem sociológica do que na filosófica ou psicológica. De fato, nela as análises do cuidado se situam necessariamente em diferentes níveis, que vão das relações interpessoais às relações transnacionais, e se desenvolvem a partir de métodos e de questionamentos oriundos de hábitos disciplinares variáveis e de preferências teóricas heterogêneas. A dificuldade é, portanto, real: como podem ser articuladas essas abordagens do cuidado em diferentes níveis?

As relações de cuidado são, primeiramente, interpessoais, quer se trate de trabalho remunerado ou não, mas fazem parte também de um processo social mais amplo, que comporta diferentes fases ou momentos morais que envolvem protagonistas múltiplos (indivíduos, grupos e instituições), em relações frequentemente hierarquizadas. A análise do cuidado como *processo*, e não apenas como relação interindividual ou trabalho de proximidade, permite se debruçar sobre a organização e a distribuição das responsabilidades entre suas diferentes fases. Já nessa primeira descrição se vê a necessidade de pensar a articulação entre o que se passa no nível da relação de cuidado direta (*caregiving*), a maneira como as necessidades de cuidado são consideradas em âmbito mais amplo (institucional, político) e como são considerados os meios para atendê-las. Por exemplo, Fiona Robinson (2011) e Fiona Williams

(2011) destacaram como as migrações de cuidado podiam alavancar a redução dos custos das políticas sociais e analisaram os efeitos dessas políticas sobre as “escolhas” das mulheres, a quem incumbe a responsabilidade de encontrar soluções para os problemas de cuidados domésticos, e até mesmo sobre as próprias relações entre empregadoras e empregadas. A dificuldade de articular as análises do cuidado em diferentes níveis parece remeter mais à questão das responsabilidades do que à da igualdade. De fato, é a partir de uma análise em termos de responsabilidade que se pode considerar melhor o modo como se estabelece a questão da igualdade⁵.

A articulação das análises do cuidado em diferentes níveis não pode deixar de lado a ideia de responsabilidade, no mínimo para compreender como são distribuídas as responsabilidades de cuidado. Se “em todas as sociedades, as escolhas feitas quando se trata de decidir quem cuidará de quem, como e por quê, determinam a maneira como a sociedade será organizada” (Tronto, 2013), essa organização delinea o quadro (os limites, as possibilidades e as impossibilidades) que molda e inflecte as práticas e as relações de cuidado. A dificuldade de articular as análises do cuidado em diferentes níveis reside, em grande parte, na de considerar essa organização das responsabilidades como o quadro pertinente de análise para abordar o trabalho e as práticas do cuidado. E essa distribuição social e política das responsabilidades pressupõe uma concepção – moral – da responsabilidade, assim como mostra Joan Tronto (2013), em repensar a justiça em nível mundial.

Responsabilidade e justiça mundial

A ética do cuidado está associada a uma forte ideia de responsabilidade, na maioria das vezes relativa às relações interpessoais, sem considerar sua pertinência nas relações entre entidades coletivas. Ao levantar a questão da justiça mundial – o que os cidadãos dos países ricos devem aos dos países pobres –, Tronto (2013) sustenta que as relações particulares de cuidado constituem uma base sólida para compreender o que significa a responsabilidade no plano mundial. As relações de cuidado são um paradigma das relações que podem nos engajar de modo legítimo. Elas possibilitam

⁵ Tanto mais que a ancoragem da reflexão do lado da igualdade parece condenar a pensar as necessidades das trabalhadoras e dos trabalhadores do cuidado unicamente em termos de direitos, sem pensar a reversibilidade da relação de cuidado. Elas e eles cuidam dos outros, mas quem cuida delas/deles? Ver Molinier e Cepeda (2012).

estimar diferentes reivindicações de responsabilidade, avaliar os erros causados pela irresponsabilidade e como eles afetam diferentemente as partes. A tese particularista assim reformulada se aplica às relações entre entidades coletivas, como os Estados-nações ou as empresas, mas também no plano transnacional, entre países ricos e pobres. Ela não omite o modo como a responsabilidade coletiva pela justiça mundial engaja a responsabilidade dos cidadãos, isto é, das pessoas concretas enquanto partes integrantes de um conjunto mais amplo.

Joan Tronto defende essa concepção da responsabilidade contra uma abordagem substancial da responsabilidade, ou seja, contra a ideia de que a responsabilidade em relação aos outros, mais especialmente aqueles distantes, geográfica ou socialmente, resultaria de traços dos indivíduos ou dos grupos – que compartilhamos com eles –, ou das propriedades formais das relações (por exemplo, dos estatutos que definem direitos e deveres). Segundo a autora, tal concepção da responsabilidade seria um obstáculo – entre outros – a uma ética global. Tronto contrasta os pontos fortes e as potencialidades de uma concepção alternativa da responsabilidade *em termos relacionais*. Nesse modelo, é a relação, o fato de se relacionar, que cria a responsabilidade.

Diferentemente da concepção substancial que considera o agente (o indivíduo ou o grupo) como unidade apropriada de análise, nesse modelo alternativo da responsabilidade, a relação é a unidade apropriada. A relação cria a responsabilidade, ela compreende (no sentido de conter) a exigência de uma resposta, não em função de traços compartilhados ou propriedades formais das relações, mas de atividades comuns, passadas, presentes, que conectam os protagonistas. Seria mais exato dizer, porém, *as* relações, pois estão sempre entrelaçadas em uma rede complexa, flutuante, que gera tensões, conflitos e dificuldades para assumir algumas responsabilidades que elas suscitam. Nessa concepção relacional das responsabilidades, não reinam a conciliação ou os bons sentimentos, mas conflitos a serem solucionados, elucidados, resolvidos ou admitidos como contradição dinâmica. Estamos muito distantes de uma visão sentimentalista do cuidado.

A partir dos trabalhos de três filósofas feministas – Soran Reader, Iris Marion Young e Margaret Urban Walker –, a análise da responsabilidade em termos relacionais permite definir como foco a questão do poder – das desigualdades de poder – e das assimetrias de responsabilidades. Quando a análise deixa de se apoiar na ação individual (o agente individual ou coleti-

vo), torna-se possível reconsiderar essas questões como inerentes às tensões e dinâmicas das relações múltiplas em que se inserem as partes, e não, por exemplo, como uma falta moral de um agente, que deve sofrer recriminações ou sanções, o que acontece quando a responsabilidade é pensada a partir de um modelo jurídico da responsabilidade.

O modelo relacional permite identificar as manifestações de ação irresponsável como mal moral e estimar a gravidade de certas formas de irresponsabilidade porque esse enquadramento considera as consequências para os protagonistas da relação. E isso dá destaque à questão das desigualdades de poder, dimensão moral crucial das relações de responsabilidade. Por exemplo, os acordos entre um assistente social e um “cliente”, que nem sempre é um “requerente”, desenvolvem-se em uma relação assimétrica de poder, que constitui “uma dimensão moral importante da responsabilidade do primeiro” (Tronto, 2013).

A concepção relacional da responsabilidade supõe que as relações sejam sempre parciais, distendidas, múltiplas, mutáveis, conflituosas, assimétricas, entre diferentes tipos de protagonistas, em variados níveis. Essas características não devem ser percebidas como um obstáculo para pensar a responsabilidade e lidar com ela, mas, ao contrário, como as condições em que emerge a natureza da responsabilidade. O cuidado está no cerne dessa compreensão. As variadas relações de cuidado constantemente compreendem tensões e conflitos, as responsabilidades não são claramente estabelecidas ou o são demais, mas sem que sua atribuição se faça publicamente nem de modo democrático. Quem cuida de quem, do que e como?

Se a responsabilidade é mais bem compreendida a partir das relações particulares que a suscitam, então tampouco a parcialidade é um obstáculo a uma ética global. Nesse caso, não se trata de uma *extensão* da responsabilidade às pessoas que estão a distância/longe, àquelas com quem não temos relações diretas e contínuas, ou àquelas que não poderemos conhecer (as gerações futuras). Trata-se, sim, de considerar seriamente a existência dessas relações e o que liga as pessoas/povos distantes. Esse reconhecimento da importância das “relações parciais, mas robustas” é o ponto de partida de uma estimativa (apreciação) mais precisa das dificuldades para assumir as responsabilidades múltiplas que nos incumbem, como uma base para distribuir melhor as responsabilidades constitutivas dessas relações (sempre) parciais. Em outras palavras, o difícil é reconhecer as relações que nos ligam a outras pessoas, a empresas, a Estados, distantes no espaço e no tempo, que não conhecemos e com quem, no entanto, mantemos relações

devido a atividades compartilhadas, ou a uma interdependência quase sempre assimétrica. O exemplo extraído de Iris Young – o boicote de estudantes às roupas com o logotipo de sua universidade porque eram fabricadas em um ateliê que explorava os operários – leva Tronto a considerar os limites de um modelo jurídico da responsabilidade e a retomar as relações que conectam os estudantes, os donos dos ateliês e os operários. A moda pode então ser considerada como certo tipo de relação, a menos que se considere que a maneira de se vestir não tem significação social. Pode-se estender o mesmo raciocínio aos problemas do *nosso* lixo nuclear enterrado em um vilarejo longínquo de um país distante e compreender que também esses descartes criam relações... que queremos ignorar! Que europeu, ao comer uma banana, preocupa-se em saber em que condições sociais ela foi cultivada e que tradição de sangue, violência e exploração está envolvida, por exemplo, na agricultura latino-americana? Mesmo não tendo certamente desejado essa violência, pela qual ele não é *a priori* responsável, o consumidor é parte integrante dela, pois a banana o liga às condições de vida dos agricultores que a cultivaram. Desse ponto de vista, não há muita diferença entre o consumidor de bananas e o de cocaína.

A voz diferente: falar a linguagem das relações

Essa dificuldade de reconhecer a existência de relações e de fazer com que o outro reconheça a existência de uma relação – por meio de expressões de preocupação e manifestações de solicitude – é central nas questões de justiça levantadas pela perspectiva do cuidado. Para Carol Gilligan (2013, p. 35-67), não se trata de saber por que e como se adquirem as capacidades de se preocupar com os outros e de se relacionar, mas de saber por que e como nós as perdemos! Como a antropóloga evolucionista Sarah Blaffer Hrdy, Gilligan acredita que a capacidade de atenção e de atrair a atenção se desenvolvem bem cedo em todos os seres humanos que gozam de boa saúde: um bebê que consegue atrair a empatia e a atenção de outros adultos além de sua mãe melhora suas chances de sobrevivência. Segundo essa análise, é do regime do patriarcado que vem a impossibilidade de se relacionar e, sobretudo para os meninos, de *se imaginar em relação*, já que todo o esforço da socialização masculina busca, de um lado, o desenvolvimento da autonomia e, de outro, de um pensamento liberado dos afetos. Por isso que os meninos desde pequenos pensam que “cuidado é coisa de bebê”, expressão reaproveitada pelos jornalistas no episódio político citado no início deste artigo, passando de uma

conotação regressiva e infantil a uma conotação antimoderna e conservadora. Acontece que, do lado das mulheres, aquelas que querem se liberar dos papéis tradicionais femininos são igualmente levadas a privilegiar a autonomia e a razão, a desprezar os sentimentos, considerados sentimentalismo, e as relações, julgadas parciais e, portanto, não significativas ou secundárias, em oposição aos princípios e valores atinentes ao universal abstrato. Se a dissociação entre o eu relacional e o eu masculino adulto é mais marcada entre os homens, também é mais eficaz e menos conflituosa do que entre as mulheres, que se situam frequentemente num meio-termo⁶. Isso porque as meninas são cada vez mais educadas como os meninos, visando às mesmas carreiras e diplomas, e porque a maioria das mulheres adultas continua a ter mais oportunidades e experiências de cuidado que a maior parte dos homens. Ou elas precisam falar a linguagem da razão para dar conta de experiências que solicitam o registro das relações, e não conseguem dizer o que têm a dizer (é o que Gilligan chama de “perda da voz”), ou falam a linguagem das relações e são desqualificadas no espaço público e político. Segundo a autora, independentemente da problemática social e política, a possibilidade de fazer ouvir a “voz diferente” em sua tonalidade e linguagem próprias seria uma conquista psicológica para a humanidade como um todo. O psicológico reencontra o social e o político, visto que toda transformação afeta de modo indissociável e imbricado as três dimensões. Isso não significa, no entanto, que elas não precisem, para serem elucidadas, de momentos analíticos específicos. O psicológico não é redutível ao social, e vice-versa. Porém, a perspectiva do cuidado impõe uma discussão desses diferentes níveis, ou diferentes momentos, entre si, bem como a determinação de suas articulações, pontos de fricção ou contradições em uma problemática global. E essa problemática global é exatamente aquela que se interroga sobre a trama das relações, as capacidades de criá-las ou de ignorá-las, suas transformações, o que elas fazem às pessoas e aos coletivos.

Das relações à sua mercantilização: o capitalismo emocional

As pesquisas atuais de Arlie Hochschild (2003, p. 19-49), na sequência de seus trabalhos pioneiros sobre o trabalho emocional (*emotion work*), analisam os impedimentos e as transformações das relações de cuidado produzidas pelos “excessos do pensamento mercantil” na esfera íntima

⁶ Assim como os homens que, por uma razão ou outra, não viveram as experiências de dissociação da “voz” e da identidade masculina.

(Hochschild, 2013, p. 69-97). Para a autora, as emoções não procedem somente de um inatismo biológico ou de uma construção psicosssexual, mas são moldadas socialmente nas relações. Agimos sobre nossas próprias emoções e sobre as dos outros em função de regras de sentimentos. Por exemplo, é esperado que se chore em um enterro ou que se fique feliz no próprio casamento, e essas regras vêm à tona precisamente quando não são seguidas, como ter um acesso de riso num cortejo fúnebre ou soluçar sob o véu de noiva. Nas atividades de serviços, na venda, no turismo etc., as interações que visam “modelar” as emoções passam por prescrições e “*scripts* comunicacionais” cuidadosamente controlados; por exemplo, pede-se a vendedoras de roupas íntimas femininas que apertem discretamente a mão do comprador ao receber o dinheiro do pagamento, ou a operadoras de *telemarketing* de seguros que tenham um sorriso na voz. Porém, Hochschild chama nossa atenção para o que acontece também fora da esfera profissional, na imbricação entre esfera privada e mercantilização das emoções: nas relações entre os mais próximos, o modo de expressar a preocupação com os outros e com o seu bem-estar se transforma sob a influência cultural do mercado e de uma segmentação e especialização crescentes das atividades de serviços às pessoas. O exemplo dos passeadores de cachorros no setor urbano é emblemático desse ponto de vista: queremos cães para aproveitar sua ternura e calor, mas não temos tempo para cuidar deles, para prover suas necessidades de movimentação, de ar livre e de companhia; assim, pagamos pessoas para cuidar deles em nosso lugar. Isso faz com que a relação que mantemos com nossos cães se afrouxe – eles ficam menos próximos de nós – e ao mesmo tempo se concentre em dias ou momentos que correspondam ao nosso bel prazer. A existência desses animais se rege assim em função de nossas agendas, de nossos desejos e de nossa disponibilidade; eles ficam “a nosso serviço”. Pode-se substituir “cão” por “criança”, como mostra Hochschild, com a terceirização de recreacionistas infantis nas festas de aniversário, enquanto os consumidores dos países ricos também podem comprar uma gestação e um bebê pronto de mulheres dos países pobres. Na realidade, todas essas práticas são banais ou banalizadas em nossas sociedades e é só porque as enunciamos, colocamos em redes de significações ou as expressamos por escrito que adquirem essa aparência perturbadora de inquietante estranheza, a inquietante estranheza do ordinário (Laugier, 2005, p. 153-67).

O conceito de “capitalismo emocional” é um poderoso aporte para a análise sociológica e política de nossas sociedades ditas desenvolvidas. O capitalismo não produz somente bens e serviços, mas também emoções e formas de relações em que a afetividade se imbrica com o mercantil. O mercado fornece as categorias nas quais se concebe e se expressa a afetividade. Consumimos emoções e nossas emoções são consumidas. Sua mercantilização lhes dá uma nova forma, igualmente segmentada e especializada. O capitalismo emocional, segundo Hochschild, leva-nos a uma cultura do desapego que faz a dissipação das relações e dos afetos parecer o resultado de um cálculo racional de ganhos e perdas. Seja qual for a retração, acrescenta ela, a cultura do mercado vai continuar constituindo um desafio para o desenvolvimento de uma sociedade do cuidado.

Abordagem relacional e “teoria do ponto de vista”

Desenvolver as potencialidades do conceito de cuidado implica repensar o que nos liga e prende a diversos outros, quer sejam particulares, grupos ou comunidades maiores ou menores. E isso supõe considerar as relações sociais concretas, interpessoais e entre grupos, não excluir sua pertinência em nome de princípios de análise que privilegiem as estruturas sociais e o nível macrosociológico das relações sociais de dominação. Essas relações podem ser assimétricas, desiguais, injustas, conflituosas entre si, podem engajar diversos tipos e graus de responsabilidades, obrigações de força e intensidade diferentes para as partes. Contudo, permanece indispensável partir das relações particulares (*partial relations*), tanto individuais quanto coletivas, e prosseguir desenvolvendo as análises relacionais dos filósofos e sociólogos feministas que evidenciaram este ponto cego nas análises majoritárias: a ignorância das relações ligadas ao esquecimento do gênero nas concepções da autonomia em particular (Collins, 2009; Friedman, 2000). Trata-se, portanto, de incluir a dimensão subjetiva e moral, inerente às relações sociais, e não de expurgá-la para satisfazer aos cânones da neutralidade científica. Ora, essa dimensão não pode ser padronizada; nem todos têm a mesma abordagem subjetiva ou a mesma visão moral das situações, a atenção é particularizada porque emana de uma pessoa singular em relação a outra, ou de um grupo em relação a outro, necessariamente diferente de outra relação que una outras pessoas ou outros grupos. Desse modo, a integração, da perspectiva do cuidado, implica uma “teoria do ponto de vista”.

No campo do pensamento feminista, essas teorias foram desenvolvidas por Sandra Harding, Donna Haraway, Maria Puig Della Casa, ou, de modo análogo na etnologia, nos trabalhos de Jeanne Favret-Saada (e Contreras, 1981) ou de Georges Devereux (1980). Parece difícil, de fato, analisar relações estratosféricas distanciadas, sem que a pessoa que faz a análise se situe em relação a elas. Evitar o “ponto de vista”, segmentar as áreas – trabalho, família, cidadania –, especializar os conhecimentos a partir de determinado recorte, tudo isso leva à invisibilidade do que as teorias do cuidado buscam precisamente mostrar: as condições concretas de produção dos conhecimentos, a materialidade dos vínculos entre as vidas singulares e os processos sociais mais amplos, a dimensão pragmática, encarnada, da ética, as implicações éticas das relações sociais e das relações entre Estados.

Podemos admitir sem muita dificuldade que, se pertencemos ao grupo dos colonizadores ou ao dos colonizados, o olhar que lançamos sobre essa relação não é o mesmo, e será mais diferente ainda se formos totalmente exteriores a essa relação. Assim, o grau de proximidade ou distanciamento dos cientistas ante seu objeto não pode ser deixado de lado, ao abrigo das interrogações ou da necessidade de dar certas justificativas para explicar as escolhas feitas de objetos ou de interpretações. Ora, para muitos pesquisadores ou pesquisadoras das ciências sociais e humanas, “objetivar seu ponto de vista” ainda se resume, com frequência, ao enunciado de alguns parâmetros sociais (mulher, branca, intelectual etc.). Todavia, a consideração da dimensão subjetiva e moral vai mais longe, já que supõe levar em conta seus efeitos, eventualmente enganosos ou deformantes, assombrosos para o pensamento, ou que impedem a percepção da posição subjetiva e moral dos outros. A perspectiva do cuidado implica, pois, a invenção de outra cultura da relação entre o sujeito “cientista” e seus “objetos”. Em outras palavras, ela requer uma concepção plural ou democrática do conhecimento, que renuncie a “objetificar” pessoas e relações e as considere como sujeitos e produtores de conhecimento.

Descompartimentar o cuidado

O que caracteriza, entre outras questões, as interrogações levantadas pela ética e pela perspectiva política do cuidado é que elas convidam a cruzar as abordagens disciplinares e, como para os estudos de gênero, confrontam ao máximo as categorizações intradisciplinares ou de um posicionamento estritamente disciplinar. A dificuldade reside, conseqüentemente, no modo como

o cientista pretende se situar enquanto isso ou aquilo – filósofo, sociólogo, psicólogo, com a menção de especialidades – e na maneira como o próprio movimento da exploração permite ou, ao contrário, impede de se libertar das convenções que delimitam as fronteiras das disciplinas. As ciências, sobretudo as humanas e sociais, não se desenvolvem de modo estanque, elas sofrem efeitos de configuração do social. O problema levantado pelas fronteiras dos saberes instituídos se encontra em sua aplicação às problemáticas sociais e políticas do cuidado. O modelo que prevalece atualmente, para pensar a categorização e a especialização das “profissões” do cuidado, é o da categorização e da especialização calcadas no modelo de desenvolvimento da ciência e das técnicas. A necessidade de profissionalizar o cuidado, e até os “auxiliares familiares”, passou a ser um dogma do qual dependeria o reconhecimento social das pessoas que fazem esse trabalho. Os “especialistas” das profissões, da formação, das políticas públicas aumentam assim a tendência à fragmentação inerente ao capitalismo emocional, ao passo que a perspectiva do cuidado, ao contrário, enfatiza não a *performance* técnica ou relacional, mas a “importância da importância” (Laugier, 2005). O importante não é que determinado gesto, determinada atenção, seja “profissional”, mas que alguém tenha pensado em fazer o necessário para outra pessoa: trocar seu guardanapo, encher sua garrafa de água ou... não fazer nada, deixá-la agir. O trabalho de cuidado – e este é o desafio maior para os saberes instituídos – não é especializado; nem todos podem preparar uma quimioterapia, mas todos podem se preocupar com uma pessoa com câncer. Nesse sentido, os trabalhos teóricos no campo da perspectiva do cuidado se dirigem a qualquer pessoa pronta a se situar no processo de cuidado e a considerar suas próprias responsabilidades.

Bibliografia

- COLLINS, Patricia Hill (2009). *Black feminist thought. Knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge.
- DEVEREUX, Georges (1980). *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris: Flammarion.
- FAVRET-SAADA, Jeanne & CONTRERAS, Josée (1981). *Corps pour corps: enquête sur la sorcellerie dans le bocage*. Paris: Gallimard.
- FRIEDMAN, Marilyn (2000). “Feminism in ethics”, em FRICKER, M. & HORNSBY, J. (eds.). *The Cambridge Companion to feminism in philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press.

- GILLIGAN, Carol (2013). “Résister à l’injustice”, em GILLIGAN, C., HOCHSCHILD, A. & TRONTO, J. *Contre l’indifférence des privilégiés. À quoi sert le care*. Édité et présenté par Patricia Paperman et Pascale Molinier. Paris: Payot.
- HOCHSCHILD, Arlie (2003). “Travail émotionnel, règles de sentiments et structure sociale”. *Travailler*, n. 9, p. 19-49.
- _____ (2013). “Éthique du *care* et capitalisme émotionnel”, em GILLIGAN, C., HOCHSCHILD, A. & TRONTO, J. *Contre l’indifférence des privilégiés. À quoi sert le care*. Édité et présenté par Patricia Paperman et Pascale Molinier. Paris: Payot.
- LAUGIER, Sandra (2005). “L’importance de l’importance. Expérience, pragmatisme, transcendantalisme”. *Multitudes*, n. 23, p. 153-67.
- MOLINIER, Pascale & CEPEDA, Maria Fernanda (2012). “‘Comme un chien à carreau’. Des employées domestiques colombiennes entre care et justice”. *Travailler*, n. 28, p. 33-56.
- PAPERMAN, Patricia & LAUGIER, Sandra (2011). “Préface à la nouvelle édition” – *Le souci des autres. Éthique et politique du care*. 2. ed. Paris: EHESS (Éditions de l’École des Hautes Etudes en Sciences Sociales).
- PAPERMAN, Patricia & MOLINIER, Pascale (2011). “L’éthique du care comme pensée de l’égalité”. *Travail, genre et sociétés*, n. 26, p. 189-93.
- ROBINSON, Fiona (2011). “Care ethics and the transnationalization of care. Reflections on autonomy, hegemonic masculinities and globalization”, em MAHON, R. & ROBINSON, F. (eds.). *Feminist ethics and social policy*. Vancouver; Toronto: UBC Press.
- TRONTO, Joan (2013). “Particularisme et responsabilité relationnelle en morale: une autre approche de l’éthique globale”, em GILLIGAN, C., HOCHSCHILD, A. & TRONTO, J. *Contre l’indifférence des privilégiés. À quoi sert le care*. Édité et présenté par Patricia Paperman et Pascale Molinier. Paris: Payot.
- WILLIAMS, Fiona (2011). “Towards a transnational analysis of the political economy of care”, em MAHON, R. & ROBINSON, F. (eds.). *Feminist ethics and social policy*. Vancouver; Toronto: UBC Press.

Resumo

Este artigo constata a existência de barreiras disciplinares e sociais em torno do conceito de cuidado (*care*) e se interroga sobre as reticências que ele suscita na França. Essa forma de distância coletiva em relação ao conceito de *care* tem a ver com o que Joan Tronto

teorizou como “a indiferença dos privilegiados”, mas também com as reticências que o feminismo continua suscitando, assim como com a rejeição de uma ética que criticaria a posição universalista em matéria de justiça. As autoras interrogam também, mais amplamente, as dificuldades de um ponto de vista feminista nas ciências sociais – uma vez admitido que o trabalho do cuidado é revelador de desigualdades sociais, de relações de exploração e de dominação – em integrar a dimensão da ética inerente ao trabalho e ao conceito político de cuidado. As autoras mostram que a dificuldade é real: as análises estão situadas em diferentes escalas, das relações interpessoais às relações transnacionais, e se desdobram a partir de métodos e questionamentos pluridisciplinares heterogêneos. Também a articulação das análises do *care* em diferentes escalas não pode prescindir da ideia de responsabilidade, que deve ser estendida para além das relações interpessoais. Essa concepção não substancial da responsabilidade é discutida a partir de Iris Young e Joan Tronto, para quem se trata de levar a sério as relações que vinculam pessoas/povos distantes.

Palavras-chave: *care*, cuidado, responsabilidade, indiferença dos privilegiados, escala.

Abstract

This article finds disciplinary and social barriers around the concept of care and asks about the reluctance it raises in France. That form of collective distance from the concept of care has to do with what Joan Tronto theorized as “the indifference of the privileged”, but also with the reluctance still raised by feminism as well as the rejection of an ethics that would criticize the universalist stance on justice. The authors also ask, more broadly, about the difficulties of a feminist perspective in social sciences – once it is admitted that care work is indicative of social inequalities, relations of exploitation and domination – to integrate the ethical dimension inherent in work and the political concept of care. The authors show that the difficulty is real: the analyses take place on different scales – from interpersonal relationships to transnational relations – and they unfold from heterogeneous and multidisciplinary methods and questions. The articulation of analyses of care at different scales cannot do without the idea of responsibility either, which should be extended beyond interpersonal relationships. That non-substantial view of responsibility is discussed after Iris Young and Joan Tronto, to whom relationships that link distant people/peoples must be taken seriously.

Keywords: care; responsibility; the indifference of the privileged; scale.

Recebido em 6 de junho de 2015.

Aprovado em 10 de junho de 2015.